



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141449 - PR (2021/0013449-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CRISLAINE ANTUNES DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : CLODOALDO JOSÉ CASARA - SC037681
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CRISLAINE ANTUNES DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0060996-45.2020.8.16.0000).

A recorrente foi presa preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 180, *caput*, do Código Penal.

Sustenta que não haveria fundamentação idônea a justificar a sua segregação cautelar, que poderia ser substituída por medidas mais brandas, inclusive monitoramento eletrônico, destacando que seria primária, com residência fixa e família constituída.

Alega que a prisão ocorreu em 6/10/2020 e, até a presente data, não teria iniciado a instrução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva da paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fl. 171):

Contrariamente às alegações do Impetrante, depreende-se que a decisão apresenta fundamentação idônea, destacando primeiramente o fumus comissi delicti, nos indícios de materialidade até o momento observado, bem como pelas evidências de autoria constatadas, constatando-se que a paciente estaria supostamente transportando, juntamente com seu companheiro, em um veículo com ocorrência de roubo, expressiva quantidade de substância análoga à maconha (mov. 1.8). Por sua vez, o periculum libertatis restou demonstrado pela gravidade concreta do crime supostamente praticado, havendo nos autos comprovação de que ambos, após receberem ordem de parada pelos policiais, tentaram se evadir do local, além de não haver até o momento comprovação de residência fixa de nenhum dos indiciados.

Logo, evidente a presença do fumus comissi delicti, diante dos indícios de materialidade e autoria; e do

periculum libertatis, diante da constatação da gravidade concreta do crime praticado, em tese, pela paciente, sobretudo pelo modus operandi, em que se constatou o transporte de expressiva quantidade de entorpecente em um automóvel com registro de roubo, sobretudo pela tentativa de fuga após receberem ordem de parada pelos policiais.

No que tange às alegadas condições pessoais favoráveis à paciente, observa-se que estas por si só não são aptas a motivar a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, em especial diante da demonstração do periculum libertatis.

Além disso, considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência